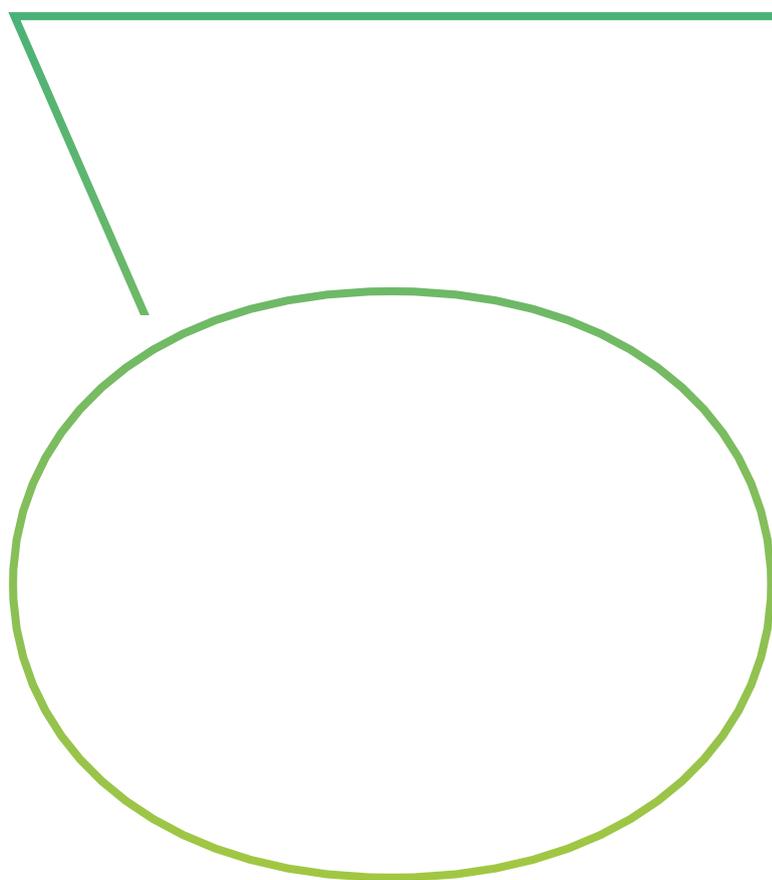
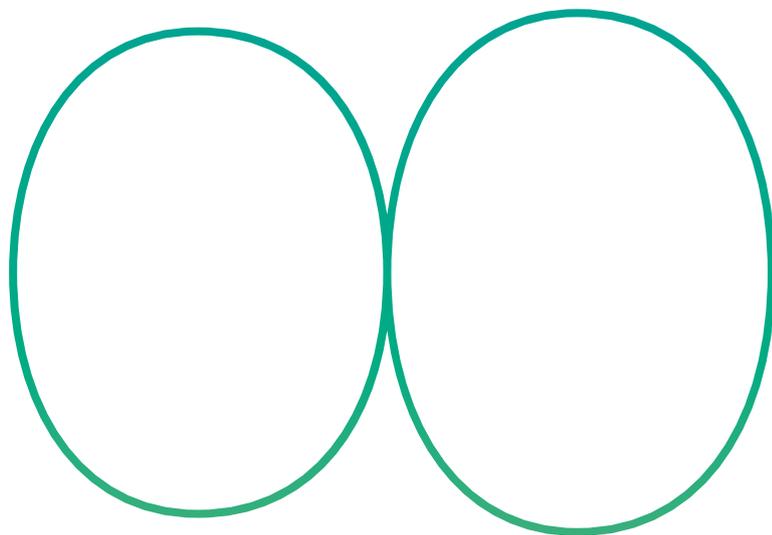


# RELATÓRIO DE GESTÃO



# ANEXO

Mensagem da Diretoria e do Conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do Conselho Fiscal 46

Nossas agências 48

Mensagem da Diretoria e do Conselho

# Superando as dificuldades.



A economia dos municípios é a grande base real de negócios da economia brasileira. É onde realmente ocorrem os negócios e as pessoas se relacionam. Se a crise afetou a economia brasileira com longa estagnação, a cidade de Mineiros teve impacto negativo dobrado com o fechamento, no ano passado, de parte da unidade da Brasil Foods (BRF) no município, afetando em cadeia a operação de centenas de granjas de produção de carne de peru, integradas à indústria.

Apesar dos reflexos negativos, o Sicoob Mineiros registrou um bom ano. Se por um lado o caso BRF afetou modestamente a carteira de empréstimos da cooperativa, a geração de negócios da agricultura e pecuária, que respondem por 56% das receitas brutas, se manteve ativa e reforçou o empenho dos colaboradores em fortalecer a relação com os associados. A entrada de depósitos cooperativos também teve reflexo positivo no relatório apresentado nas páginas a seguir, com 22% das receitas brutas.

O Sicoob Mineiros também obteve melhorias nos resultados de serviços e produtos, área que ampliou representatividade na cadeia de negócios do cooperativismo financeiro, com retração e/ou desaceleração dos ganhos com crédito e dos depósitos. A origem do Sicoob Mineiros é ligada ao produtor rural, que, apesar

da livre admissão e incremento de outras áreas, ainda tem peso forte na atuação da cooperativa. A redução do consumo com fechamento de granjas de produção de carne de peru associadas à unidade da BRF na cidade afetou o desempenho da economia como um todo.

As atuações diretas dos colaboradores e associados do Sicoob Mineiros repercutiram positivamente para compensar o menor nível de receitas de empréstimos e depósitos. Deve-se registrar que 2018 foi um ano de muito trabalho, empenho, disciplina, estratégia e de superação do Sicoob Mineiros, que conseguiu manter um quadro de estabilidade mesmo diante das dificuldades apresentadas, repetindo mais um ano de resultados positivos.

**Muito obrigado a todos.**

## Cenário econômico

# Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



## Estrutura Sistêmica

### Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

### Cooperativa Central

### Cooperativa Singular

### Cooperados

#### Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

#### Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

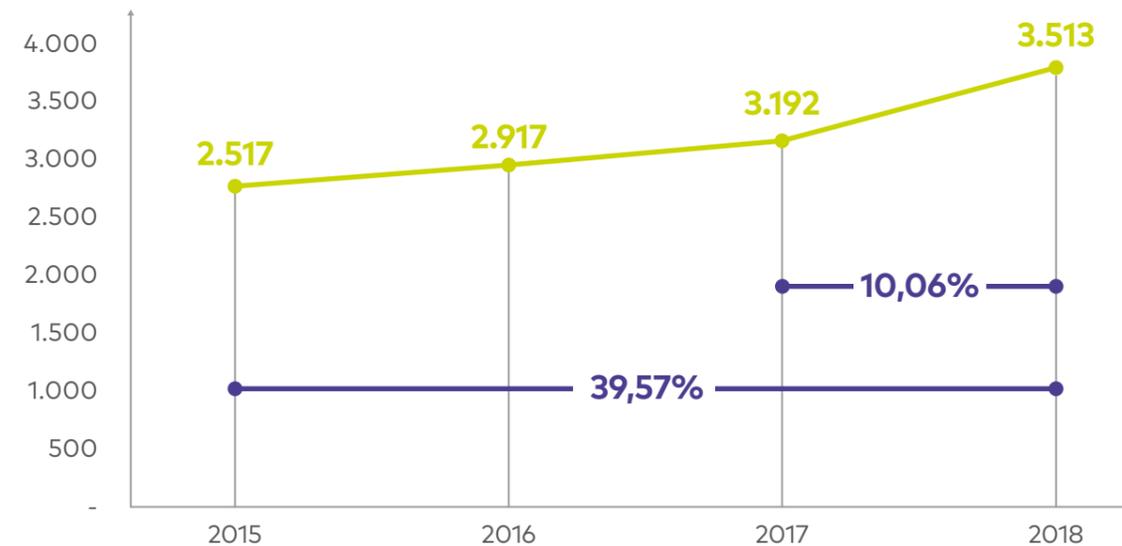
#### Valores:

Transparência;  
Comprometimento;  
Respeito;  
Ética;  
Solidariedade;  
Responsabilidade.

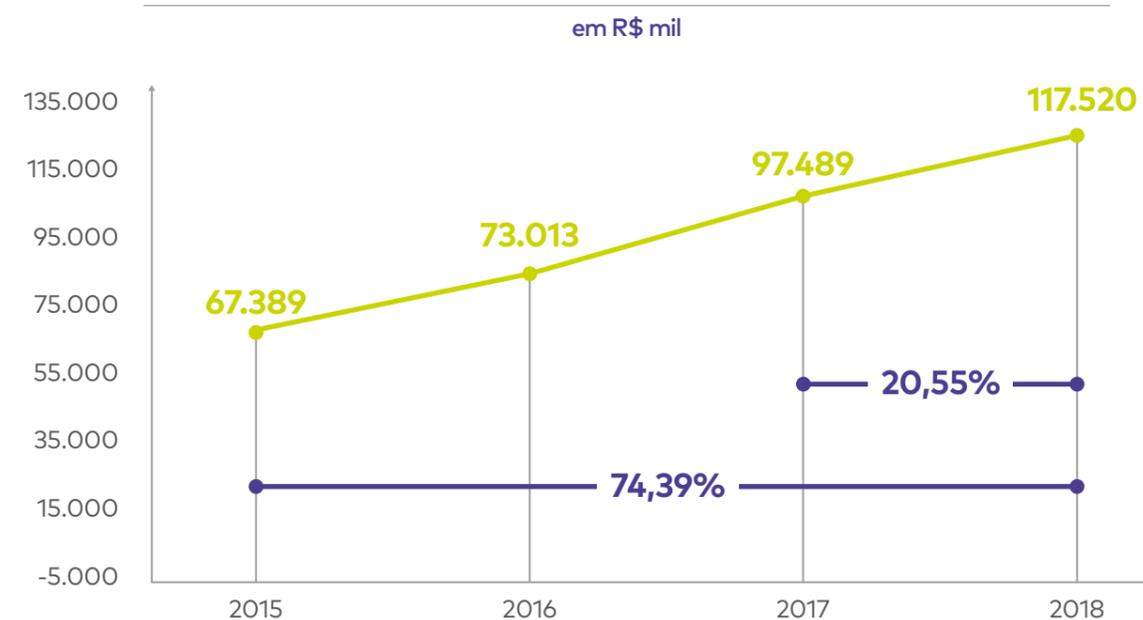
# Desenvolvimento em todos os números.



## Cooperados

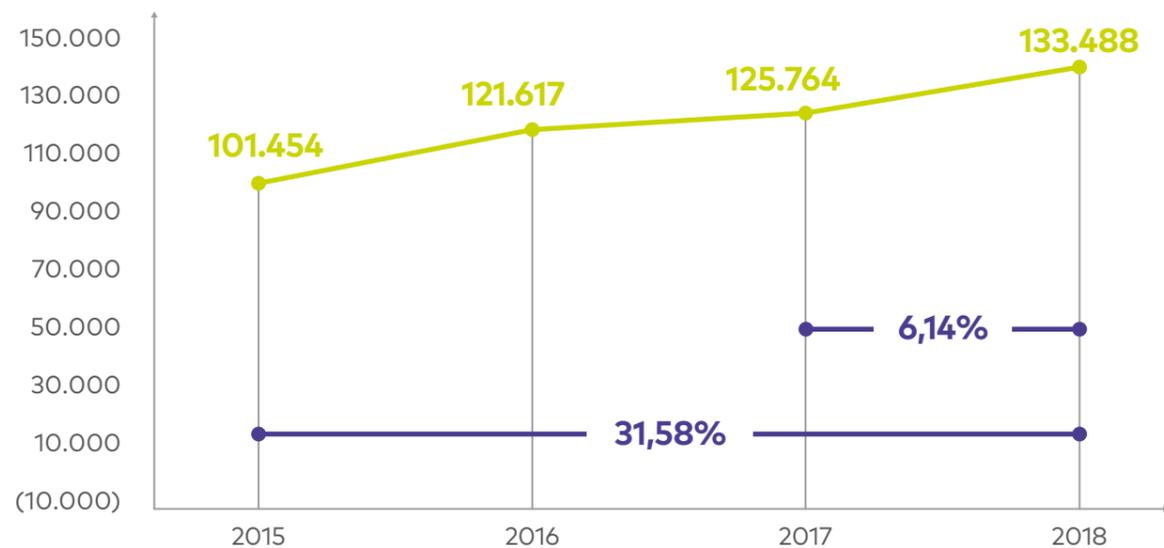


## Depósitos Totais



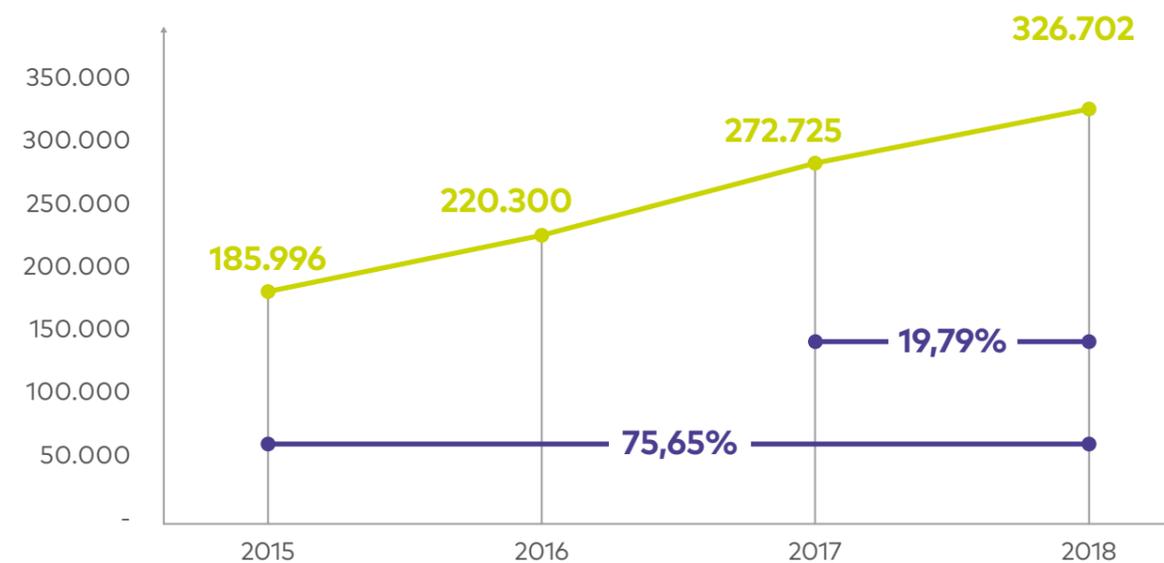
## Carteira de Crédito

em R\$ mil



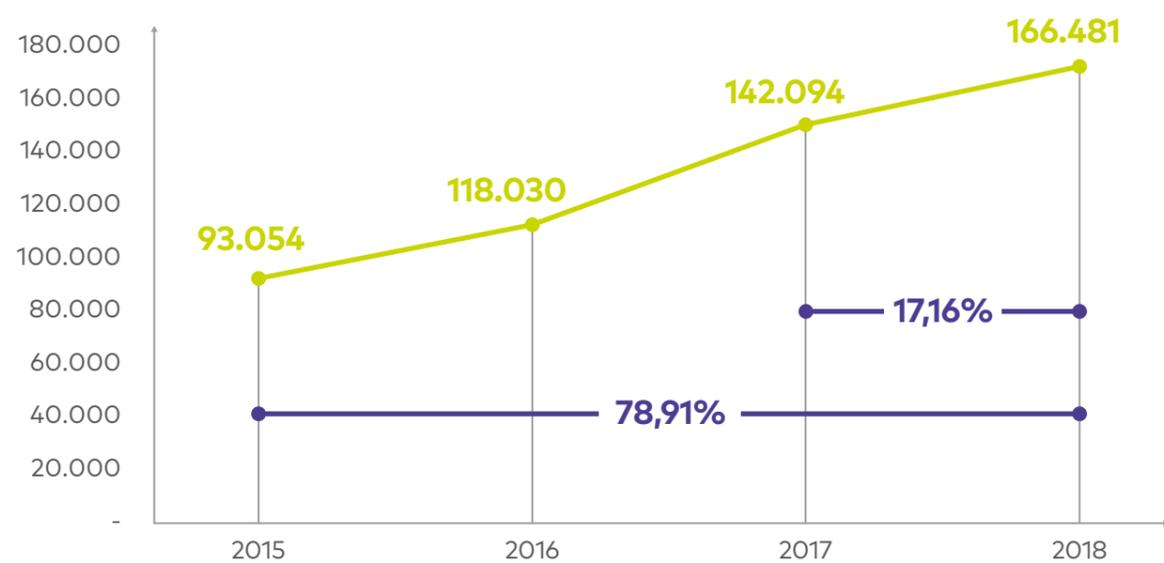
## Ativo Total

em R\$ mil



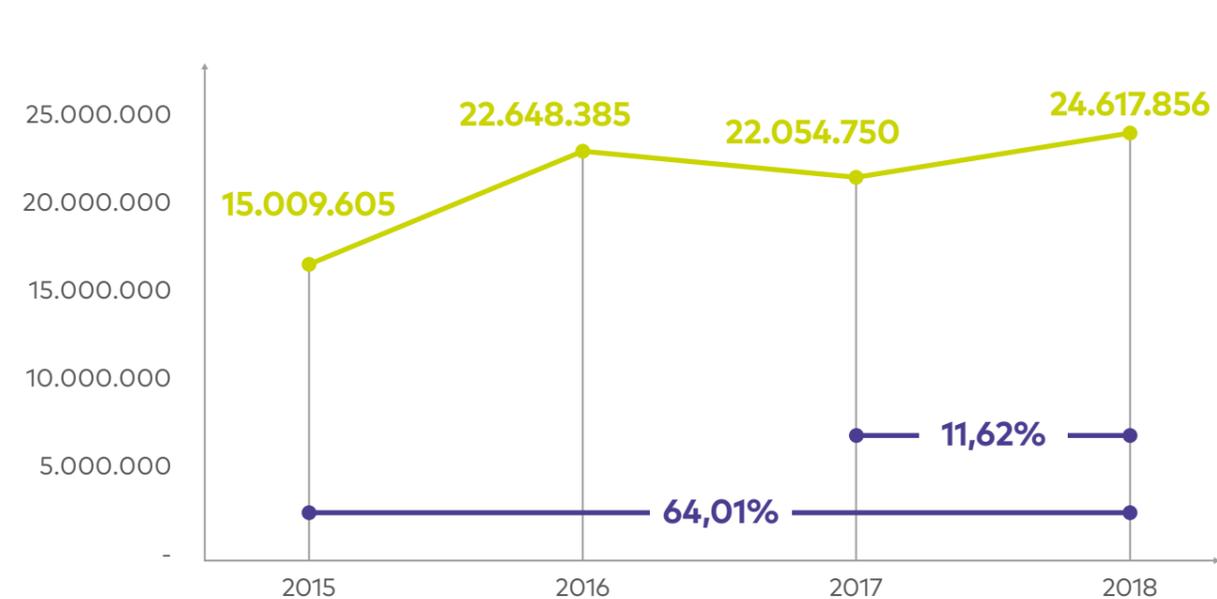
## Patrimônio Líquido

em R\$ mil

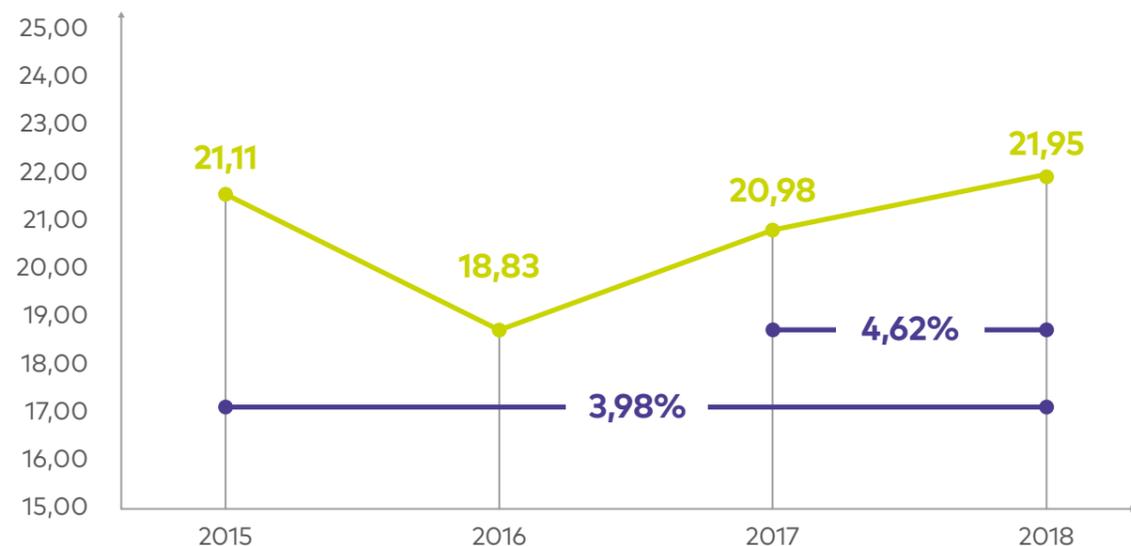


## Sobras do Exercício

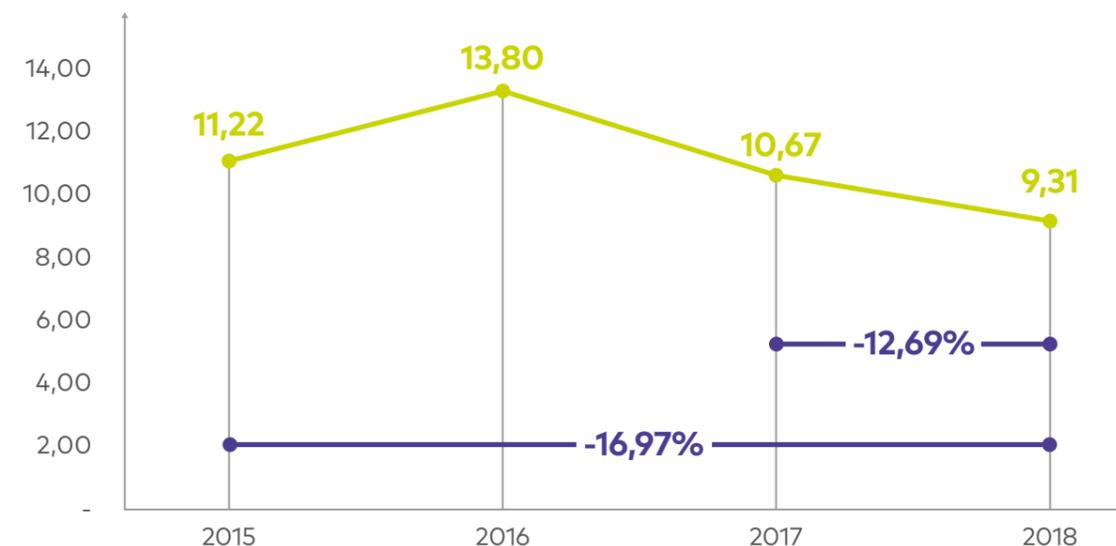
em R\$



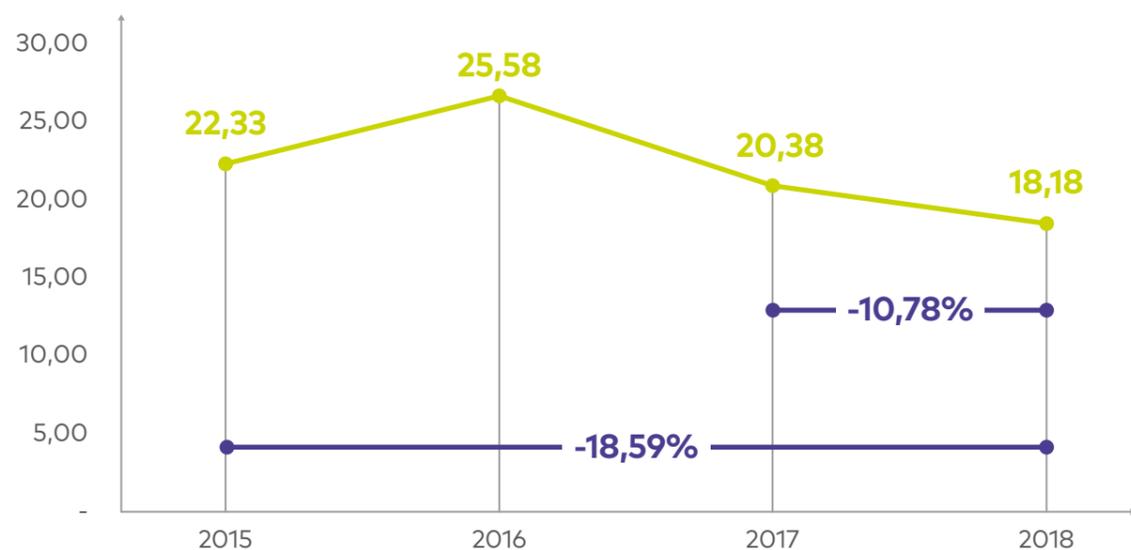
## Índice de Eficiência Padrão



## Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



## Rentabilidade sobre PLA - ROE



## Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB MINEIROS Taxa Média Mensal - PAD	GANHO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	5,70%	R\$ 6.708.140	R\$ 6.708.140
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,32%	R\$ 6.926.983	R\$ 13.635.122
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,53%	R\$ 13.353	R\$ 13.648.476
TARIFAS PF <sup>1</sup>	R\$ 53,12	R\$ 12,66	R\$ 1.444.047	R\$ 15.092.523
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	6,50%	R\$ 171.753	R\$ 15.264.276
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	5,50%	R\$ 16.624	R\$ 15.280.900
CONSÓRCIO <sup>2</sup> IMÓVEIS	18,96%	14,00%	R\$ 47	R\$ 15.280.947
CONSÓRCIO <sup>2</sup> VEÍCULOS	13,14%	11,68%	R\$ 127	R\$ 15.281.074
CONSÓRCIO <sup>2</sup> MOTOS	14,62%	N/D	R\$ 0	R\$ 15.281.074
CONSÓRCIO <sup>2</sup> SERVIÇOS	14,40%	10,53%	R\$ 83	R\$ 15.281.157
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	5,70%	R\$ 1.326.859	R\$ 16.608.016
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,80%	R\$ 1.834.908	R\$ 18.442.924
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,45%	-R\$ 523.947	R\$ 17.918.977
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,53%	-R\$ 1.682	R\$ 17.917.296
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,53%	-R\$ 2.663	R\$ 17.914.633
TARIFAS PJ <sup>3</sup>	R\$ 109,25	R\$ 8,97	R\$ 648.603	R\$ 18.563.236
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 24.617.856	R\$ 24.617.856	R\$ 43.181.091
COOPERADOS SICOOB MINEIROS .....				3.513
<b>RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO .....</b>				<b>R\$ 12.292</b>

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.  
 Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).  
 Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest  
<sup>1</sup>Tarifas SFN PF: valor médio \*Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)\*.  
<sup>2</sup>Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.  
 Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.  
<sup>3</sup>Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).  
 Informações sobre aquisição: em apuração.

# Governança corporativa

## Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 29/09/2017, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];

- pela AG de 28/09/2018, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;

- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositi-

vos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

## Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor Administrativo e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



# Demonstrações financeiras e contábeis

## Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>295.236.081</b>	<b>241.780.027</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>159.518.560</b>	<b>130.631.724</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>1.645.933</b>	<b>1.671.899</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	10	<b>117.520.940</b>	<b>97.489.953</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	4	<b>174.963.195</b>	<b>131.203.381</b>	DEPÓSITOS À VISTA		65.866.223	50.340.839
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA		174.963.195	131.203.381	DEPÓSITO SOB AVISO		654.447	590.761
				DEPÓSITOS A PRAZO		51.000.270	46.558.353
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	5	<b>111.641.275</b>	<b>108.401.763</b>	<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	11	<b>33.005.275</b>	<b>25.107.431</b>
SETOR PRIVADO		114.914.357	112.226.450	REPASSES INTERFINANCEIROS		33.005.275	25.107.431
(-) PROVISÃO PARA CLD		-3.273.082	-3.824.687				
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	6	<b>6.515.300</b>	<b>445.558</b>	<b>RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIAS</b>	12	<b>3.551</b>	<b>2.955</b>
RENDAS A RECEBER		1.017.575	61.806	RECURSOS EM TRÂNSITO TERCEIROS		3.551	2.955
DIVERSOS		5.497.725	383.752				
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	7	<b>470.378</b>	<b>57.426</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	13	<b>8.988.794</b>	<b>8.031.385</b>
OUTROS VALORES E BENS		182.026	21.450	COBR. ARREC. TRIB. E ASSEMBLHADOS		95.514	111.172
DESPESAS ANTECIPADAS		288.352	35.976	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS		4.972.063	4.534.116
				FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		922.658	1.213.397
				DIVERSAS		2.998.559	2.172.700
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>31.466.032</b>	<b>30.945.857</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>702.234</b>	<b>-</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	5	<b>22.487.786</b>	<b>17.983.564</b>	<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	11	<b>702.234</b>	<b>-</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		22.778.026	17.969.143	REPASSES INTERFINANCEIROS		702.234	-
(-) PROVISÃO PARA CLD		-930.806	-606.640				
OUTROS CRÉDITOS	6.a	640.566	621.061	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15	<b>166.481.319</b>	<b>142.094.160</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	8	<b>3.530.272</b>	<b>7.428.934</b>	<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>125.421.745</b>	<b>105.801.112</b>
AÇÕES E COTAS		3.530.272	7.428.934	CAPITAL		125.421.745	105.801.112
<b>IMOBILIZADO</b>	9	<b>5.446.307</b>	<b>5.527.692</b>	<b>RESERVA DE SOBRAS</b>		<b>33.397.808</b>	<b>29.396.842</b>
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		5.047.989	4.851.251	FUNDO DE RESERVA		19.349.036	16.753.798
IMÓVEIS DE USO		1.657.282	1.657.282	FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		14.048.772	12.643.044
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS		-1.258.964	-980.841				
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>1.667</b>	<b>5.667</b>	<b>SOBRAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>7.661.766</b>	<b>6.896.206</b>
SOFTWARES		40.000	40.000				
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		-38.333	-34.333				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>326.702.113</b>	<b>272.725.884</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO</b>		<b>326.702.113</b>	<b>272.725.884</b>

## Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º semestre/ 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.521.584</b>	<b>30.481.613</b>	<b>32.888.941</b>
Operações de Crédito	15.284.739	30.091.542	32.888.941
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	0	34.689	0
Resultado das Aplicações Compulsórias	236.845	355.382	0
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-4.303.709</b>	<b>-6.783.696</b>	<b>-9.709.244</b>
Operações de Captação no Mercado	-1.699.406	-3.250.133	-3.898.217
Operações de Empréstimos e Repasses	-969.586	-1.932.217	-1.939.443
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.634.717	-1.601.346	-3.871.584
(-) PROVISÃO PARA CLD			
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.217.875</b>	<b>23.697.917</b>	<b>23.179.697</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.355.675</b>	<b>6.433.189</b>	<b>5.653.421</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	544.639	1.010.977	806.509
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	385.924	750.262	685.708
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	-2.556.534	-4.906.717	-4.899.581
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	-1.973.583	-3.951.628	-3.289.878
Despesas (Dispêndios) Tributárias	-52.830	-100.146	-69.251
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	1.459.638	3.173.159	1.531.976
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.435.782	11.412.649	12.059.560
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	-887.361	-955.367	-1.171.622
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>14.573.550</b>	<b>30.131.106</b>	<b>28.833.118</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.489</b>	<b>7.867</b>	<b>6.690</b>
Receitas Não Operacionais	2.597	8.975	6.690
Despesas Não Operacionais	-1.108	-1.108	0
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>14.575.039</b>	<b>30.138.973</b>	<b>28.839.808</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-124.375</b>	<b>-251.237</b>	<b>-214.386</b>
Provisão para Imposto de Renda	-76.071	-202.933	-165.876
Provisão para Contribuição Social	-48.304	-48.304	-48.510
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>14.450.664</b>	<b>29.887.736</b>	<b>28.625.422</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-5.269.880	-5.269.880	-6.570.672
<b>SOBRAS/(PERDAS) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>	<b>9.180.784</b>	<b>24.617.856</b>	<b>22.054.750</b>

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL
		FUNDO DE RESERVA	FAC		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>83.594.629</b>	<b>14.449.541</b>	<b>12.935.094</b>	<b>7.055.506</b>	<b>118.034.770</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	1.191.472	-	-	-	1.191.472
Incorporação de sobras ao capital conforme AGO	6.913.152	-	-	-6.913.152	0
Incorporação de reservas ao capital conforme AGO	12.932.894	-	-12.932.894	-	0
Distribuição de sobras	-	-	-	-141.154	-141.154
Devolução de capital	-4.373.088	-	-	-	-4.373.088
Incorporação de juros ao capital	5.542.053	-	-	-	5.542.053
Sobras	-	-	-	22.054.750	22.054.750
Reversões de reservas	-	5.922	-	-4.037	1.885
(-) PROVISÃO PARA CLD	-	-	-	1.274.951	1.274.951
Resultado com terceiros - FATES	-	-	-	-342.311	-342.311
Destinação das sobras	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	2.298.335	-	-2.298.335	0
Fundo para Aumento de Capital	-	-	12.640.844	-12.640.844	0
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-1.149.168	-1.149.168
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>105.801.112</b>	<b>16.753.798</b>	<b>12.643.044</b>	<b>6.896.206</b>	<b>142.094.160</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	1.313.655	-	-	-	1.313.655
Incorporação de sobras ao capital conforme AGO	6.889.658	-	-	-6.889.658	0
Incorporação de reservas ao capital conforme AGO	12.640.844	-	-12.640.844	-	0
Distribuição das Sobras	-	-	-	-5.348	-5.348
Devolução de Capital	-5.739.949	-	-	-	-5.739.949
Incorporação de juros ao capital	4.516.425	-	-	-	4.516.425
Sobras	-	-	-	24.617.856	24.617.856
Reversões de reservas	-	41.316	-	-5.417	35.899
Cobertura despesas com o FATES	-	-	-	1.364.930	1.364.930
Resultado com terceiros - FATES	-	-	-	-439.348	-439.348
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	2.553.922	-	-2.553.922	0
Fundo para Aumento de Capital	-	-	14.046.572	-14.046.572	0
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	-1.276.961	-1.276.961
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>125.421.745</b>	<b>19.349.036</b>	<b>14.048.772</b>	<b>7.661.766</b>	<b>166.481.319</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º semestre/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-20.746.334</b>	<b>40.268.510</b>	<b>47.333.007</b>
<b>SOBRAS/(PERDAS) AJUSTADAS</b>	<b>11.009.093</b>	<b>26.507.214</b>	<b>26.111.858</b>
Sobras do Exercício	9.180.784	24.617.856	22.054.750
Depreciação	191.925	284.012	181.524
Amortização	1.667	4.000	4.000
Provisão para Operações de Crédito Liquidação Duvidosa	1.634.717	1.601.346	3.871.584
<b>(Aumento) Redução nos Ativos</b>	<b>-23.252.174</b>	<b>-15.827.774</b>	<b>-7.144.365</b>
Operações de Crédito	-17.146.142	-9.325.575	-8.018.091
Outros Créditos	-5.788.874	-6.089.247	853.735
(-) PROVISÃO PARA CLD	-317.158	-412.952	19.991
<b>(Aumento) Redução nos Passivos</b>	<b>-8.503.253</b>	<b>29.589.070</b>	<b>28.365.514</b>
Depósitos	-16.327.900	20.030.987	24.476.875
Relações Interfinanceiras	5.789.257	8.600.078	3.307.414
Relações Interdependentes	2.215	596	2.462
Outras Obrigações	2.033.175	957.409	578.763
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>4.634.665</b>	<b>3.696.035</b>	<b>-2.704.749</b>
(Aquisição)/Baixa de Investimentos	4.703.880	3.898.662	-346.005
Aquisições do Imobilizado	-69.215	-202.627	-2.358.744
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.111.495</b>	<b>-230.697</b>	<b>2.004.640</b>
Integralização de Capital	717.582	1.313.655	1.191.472
Devolução de Capital	-3.238.094	-5.739.949	-4.373.088
Distribuição de Sobras	-	-5.348	-141.154
Outras Movimentações	9.696	35.899	1.885
Cobertura despesas com o FATES	622.002	1.364.930	1.274.951
FATES	-1.516.116	-1.716.309	-1.491.479
Juros ao Capital	4.516.425	4.516.425	5.542.053
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-15.000.174</b>	<b>43.733.848</b>	<b>46.632.898</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	191.609.302	132.875.280	86.242.382
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	176.609.128	176.609.128	132.875.280
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-15.000.174</b>	<b>43.733.848</b>	<b>46.632.898</b>

# Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 23/08/1988, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB MINEIROS possui 1 (um) Posto de Atendimento (PA) na localidade de Portelândia – GO.

O SICOOB MINEIROS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 11/02/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando

aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	1.645.933	1.671.899
Relações interfinanceiras - centralização financeira	174.963.195	131.203.381
<b>TOTAL</b>	<b>176.609.128</b>	<b>132.875.280</b>

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas

são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**, além daqueles já divulgados nas notas explicativas.

#### 4. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	174.963.195	131.203.381
<b>TOTAL</b>	<b>174.963.195</b>	<b>131.203.381</b>

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

#### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	406.045	-	406.045	562.829
Empréstimos	49.477.486	12.917.833	62.395.319	67.510.556
Títulos Descontados	16.225.534	-	16.225.534	16.839.076
Financiamentos	13.659.995	7.537.148	21.197.143	20.014.849
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	35.145.297	2.323.045	37.468.342	25.268.283
(-) Provisões para Operações de Crédito	-3.273.082	-930.806	-4.203.888	-4.431.327
<b>TOTAL</b>	<b>111.641.275</b>	<b>21.847.220</b>	<b>133.488.495</b>	<b>125.764.266</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	4.015.086	-	691.306	1.040.335	5.746.727	-	5.083.131	-
A 0,5% Normal	22.121.007	169.247	8.665.780	11.139.376	42.095.409	-210.477	55.160.563	-275.803
B 1% Normal	26.026.191	1.386.447	8.063.406	18.273.171	53.749.215	-537.492	49.317.189	-493.172
B 1% Vencidas	130.804	55.499	-	-	186.304	-1.863	317.519	-3.175
C 3% Normal	12.836.808	1.208.818	2.588.609	5.392.863	22.027.099	-660.813	14.072.961	-422.189
C 3% Vencidas	150.527	94.350	37.502	106.873	389.253	-11.678	276.632	-8.299
D 10% Normal	6.635.042	618.703	884.359	1.112.044	9.250.148	-925.015	1.539.799	-153.980
D 10% Vencidas	353.450,61	150.931	11.872	160.432	676.685	-67.669	302.839	-30.284
E 30% Normal	1.059.214	145.349	78.596	243.248	1.526.408	-457.922	858.094	-257.428
E 30% Vencidas	277.102	17.126	9.985	-	304.213	-91.264	175.881	-52.764
F 50% Normal	265.088	50.070	139.179	-	454.337	-227.169	221.991	-110.995
F 50% Vencidas	259.208	32.866,45	-	-	292.074	-146.037	294.747	-147.374
G 70% Normal	198.415	29.161	-	-	227.577	-159.304	132.024	-92.417
G 70% Vencidas	180.688	18.474	-	-	199.163	-139.414	195.920	-137.144
H 100% Normal	240.992	7.588	12.370	-	260.950	-260.950	601.612	-601.612
H 100% Vencidas	231.917	60.726	14.179	-	306.823	-306.823	1.644.691	-1.644.691
<b>Total Normal</b>	<b>73.397.844</b>	<b>3.615.383</b>	<b>21.123.605</b>	<b>37.201.037</b>	<b>135.337.869</b>	<b>-3.439.142</b>	<b>126.987.364</b>	<b>-2.407.596</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>1.583.697</b>	<b>429.974</b>	<b>73.538</b>	<b>267.305</b>	<b>2.354.514</b>	<b>-764.747</b>	<b>3.208.229</b>	<b>-2.023.731</b>
<b>Total Geral</b>	<b>74.981.541</b>	<b>4.045.357</b>	<b>21.197.143</b>	<b>37.468.342</b>	<b>137.692.383</b>	<b>-4.203.889</b>	<b>130.195.593</b>	<b>-4.431.327</b>
<b>Provisões</b>	<b>-2.861.970</b>	<b>-323.194</b>	<b>-415.082</b>	<b>-603.643</b>	<b>-4.203.889</b>		<b>4.431.327</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>72.119.572</b>	<b>3.722.163</b>	<b>20.782.061</b>	<b>36.864.700</b>	<b>133.488.495</b>		<b>125.764.266</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Conta corrente	4.045.357	-	-	4.045.357
Empréstimos	19.184.368	26.653.806	12.917.833	58.756.007
Títulos Descontados	14.347.273	1.878.261	-	16.225.534
Financiamentos	3.400.354	10.259.641	7.537.148	21.197.143
Financiamentos Rurais	8.239.864	26.905.433	2.323.045	37.468.342
<b>TOTAL</b>	<b>49.217.216</b>	<b>65.697.141</b>	<b>22.778.026</b>	<b>137.692.383</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	63.812	1.225.501	1.581.023	-	2.870.337	2%
Setor Privado - Serviços	519.818	6.120.319	3.424.115	-	10.064.252	7%
Pessoa Física	3.444.882	68.682.052	11.024.557	37.468.342	120.619.833	88%
Outros	16.845	3.925.278	195.838	-	4.137.961	3%
<b>TOTAL</b>	<b>4.045.357</b>	<b>79.953.150</b>	<b>16.225.534</b>	<b>37.468.342</b>	<b>137.692.383</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	-4.431.327	-3.382.048
Constituições/Reversões	-1.784.796	-3.871.584
Transferência para prejuízo	2.012.234	2.822.304
<b>TOTAL</b>	<b>-4.203.889</b>	<b>-4.431.327</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	3.119.208	2,00%	4.699.047	4,00%
10 Maiores Devedores	16.698.230	12,00%	19.408.650	15,00%
50 Maiores Devedores	48.690.393	35,00%	46.222.799	35,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.856.688	2.424.756
Valor das operações transferidas no período	2.012.234	2.822.304
Valor das operações recuperadas no período	-1.626.601	2.390.372
<b>TOTAL</b>	<b>3.242.321</b>	<b>2.856.688</b>

h) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa apresentava saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 7.359.730, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	1.017.575	61.806
Diversos	6.138.291	1.004.813
<i>Adiantamento e Antecipações Salariais</i>	26.112	26.479
<i>Adiantamento por conta de Imobilizações</i>	10.191	-
<i>Devedores por Depósitos em Garantia (a) – não circulante</i>	640.566	621.061
<i>Títulos e Créditos a Receber (b)</i>	5.461.230	356.990
<i>Devedores Diversos - País</i>	192	283
<b>TOTAL</b>	<b>7.155.866</b>	<b>1.066.619</b>

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 636.530) do período de 11/1999 a 12/2004, cuja constitucionalidade está sendo questionada judicialmente pelas cooperativas integrantes do Sistema Sicoob Goiás, e CSLL sobre Atos Cooperativos (R\$ 4.036) – Depósito judicial relativo a auto de infração que está sendo questionado judicialmente.

(b) Em Títulos e Créditos a Receber está registrada a restituição das cotas-partes de capital, (R\$ 5.267.265) mantida no Sicoob Goiás Central, conforme acordo extrajudicial entre as partes firmado em julho/2018. O valor foi integralmente recebido em fevereiro de 2019.

## 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	182.026	20.800
Material em Estoque	-	650
Despesas Antecipadas (b)	288.352	35.976
<b>TOTAL</b>	<b>470.378</b>	<b>57.426</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale alimentação, contribuição ao fundo de estabilidade e liquidez, uniformes.

## 8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	944.618	5.133.283
Participações instituições financeiras controlada cooperativa crédito	2.585.654	2.295.651
<b>TOTAL</b>	<b>3.530.272</b>	<b>7.428.934</b>

O saldo de 31/12/2017 das Participações em Cooperativa Central de Crédito eram representadas por investimentos no Sicoob Goiás Central, da qual a cooperativa se desfilou no 1º semestre de 2018. A partir de julho de 2018, os investimentos referem-se à participação no capital social do SICOOB UNI.

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	1.711.995	
Terrenos	1.657.282	1.657.282	
Instalações	2.102.144	2.099.474	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-460.588	-370.507	
Móveis e equipamentos de Uso	464.119	452.176	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-214.650	-178.147	
Sistema de Comunicação	24.378	24.378	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.371.552	477.432	10%
Sistema de Segurança	85.796	85.796	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-583.726	-432.187	
<b>TOTAL</b>	<b>5.446.307</b>	<b>5.527.692</b>	

## 10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	65.866.223	50.340.839
Depósito Sob Aviso	654.447	590.761
Depósito a Prazo	51.000.270	46.558.353
<b>TOTAL</b>	<b>117.520.940</b>	<b>97.489.953</b>

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	3.295.600	3,00%	3.403.911	4,00%
10 Maiores Depositantes	19.785.768	17,00%	20.145.066	21,00%
50 Maiores Depositantes	49.219.309	42,00%	45.247.431	47,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-69.616	-102.217
Despesas de Depósitos a Prazo	-2.968.295	-3.635.271
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-212.222	-160.729
<b>TOTAL</b>	<b>-3.250.133</b>	<b>3.898.217</b>

## 11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	37.241.505	28.524.865
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-3.533.996	-3.417.434
<b>TOTAL</b>	<b>33.707.509</b>	<b>25.107.431</b>
Circulante	33.005.275	25.107.431
Não Circulante	702.234	-

## 12. Relações Interdependentes

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	3.551	2.955
<b>TOTAL</b>	<b>3.551</b>	<b>2.955</b>

Trata-se de convênio – saneamento. Recursos recebidos e repassados devido convênio com Serviço Autônomo de Água e Esgoto local – SAAE.

### 13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	95.514	111.172
Sociais e Estatutárias	4.972.063	4.534.116
Fiscais e Previdenciárias	922.658	1.213.397
Diversas	2.998.559	2.172.700
<b>TOTAL</b>	<b>8.988.794</b>	<b>8.031.385</b>

#### 13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados/FATES (a)	3.334.314	3.421.886
Resultado de Atos com Não Associados/FATES (a)	1.475.099	1.035.752
Cotas de Capital a Pagar (b)	162.650	76.478
<b>TOTAL</b>	<b>4.972.063</b>	<b>4.534.116</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### 13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar	28.720	15.302
Impostos e contribuições a recolher	893.938	1.198.095
<b>TOTAL</b>	<b>922.658</b>	<b>1.213.397</b>

### 13.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos	-	3.088
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	27.161	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	153.650	167.766
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	748.991	728.181
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 28)	657.330	617.025
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	805.147	567.228
Credores Diversos – País	606.280	89.412
<b>TOTAL</b>	<b>2.998.559</b>	<b>2.172.700</b>

(a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, férias e 13º salário dos funcionários, bem como a provisão para pagamento das despesas administrativas da cooperativa.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 97.345.712 (R\$ 69.391.046 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

### 14. Instrumentos financeiros

O SICOOB MINEIROS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	125.421.745	105.801.112
Associados	3.513	3.192

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

#### c) Reserva de Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para aumento do capital social da cooperativa.

#### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 6.895.006.

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>24.617.856</b>	<b>22.054.750</b>
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-439.348	-342.311
Lucro líquido decorrente de receita não operacional apropriado ao Fundo de Reserva	-5.417	-4.037
Cobertura de despesas com o FATES	1.364.930	1.274.951
Outros ajustes	1.200	-
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>25.539.221</b>	<b>22.983.353</b>
<b>Destinações estatutárias:</b>		
Reserva legal - 10%	-2.553.922	-2.298.335
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-1.276.961	-1.149.168
Fundo para Aumento de capital - 55%	-14.046.572	-12.640.844
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>7.661.766</b>	<b>6.895.006</b>

#### 16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	758.464	484.582
Despesas específicas de atos não cooperativos	-125.611	-96.504
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-169.465	-102.600
Adições e Exclusões ao resultado não operacional	7.867	6.690
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	471.255	292.168
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-139.832	-93.613
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	-111.405	-79.977
<b>Resultado de atos não cooperativos</b>	<b>220.018</b>	<b>118.578</b>

#### 17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

#### 18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	575.233	590.406
Rendas Empréstimos	18.071.542	20.015.414
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.991.364	3.976.092
Rendas de Financiamentos	3.596.347	3.158.025
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Livres	85.660	736,00
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	1.619.899	634.762
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. Rec. Direcionados da Poupança Rural	417.856	430.818
Rendas Financiamentos Rurais- Aplic Repassadas e Refinanciamentos	-	977.007
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	892	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.732.748	3.105.680
<b>Total</b>	<b>30.091.542</b>	<b>32.888.941</b>

#### 19. Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-68.382	-66.438
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-1.066.080	-1.048.681
Despesas de Pessoal - Benefícios	-660.501	-635.328
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-945.083	-908.094
Despesas de Pessoal - Proventos	-2.110.814	-2.151.145
Despesas de Pessoal - Treinamento	-55.377	-89.895
Despesas de Remuneração de Estagiários	-480	-
<b>TOTAL</b>	<b>-4.906.717</b>	<b>-4.899.581</b>

## 20. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	-92.467	-81.603
Despesas de Aluguéis	-22.454	-26.610
Despesas de Comunicações	-90.043	-67.671
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-64.488	-53.764
Despesas de Material	-78.130	-68.549
Despesas de Processamento de Dados	-540.714	-459.331
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-552.555	-436.055
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-468.133	-409.170
Despesas de Serviços de Terceiros	-286.603	-334.261
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-235.456	-230.298
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-153.031	-79.122
Despesas de Transporte	-68.350	-62.027
Despesas de Viagem no País	-48.695	-48.341
Outras Despesas Administrativas	-113.997	-119.524
Despesas de Amortização e Depreciação	-287.680	-185.524
Emolumentos judiciais e cartorários	-48.292	-28.159
Contribuição a OCE	-150.381	-135.372
Rateio de despesas da Central	-566.113	-388.066
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	-84.046	-76.431
<b>TOTAL</b>	<b>-3.951.628</b>	<b>-3.289.878</b>

## 21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	286.130	155
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	8.636	404.446
Dividendos	289.989	270.427
Crédito receita Sipag - faturamento	143.411	25.106
Crédito receita Sipag - antecipação	22.272	53.812
Distribuição de sobras da central	883.981	135.324
Rendas de seguros PPR - Cartão Cabal	48.853	16.693
Rendas de repasses Delcredere	854.746	609.557
Outras rendas operacionais	635.140	16.456
<b>TOTAL</b>	<b>3.173.159</b>	<b>1.531.976</b>

## 22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-16.849	-202.439
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-8.071	-13.783
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-	-440
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-2.719	-6.191
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-34.065	-88.891
Outras Despesas Operacionais	-598.209	-53.355
Garantias Financeiras Prestadas	-274.655	-806.604
Contingências	-20.800	-
<b>TOTAL</b>	<b>-955.367</b>	<b>-1.171.622</b>

## 23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

### a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	1.790.276	0,42%	7.501
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	6.506.176	1,51%	25.734
<b>TOTAL</b>	<b>8.296.452</b>	<b>1,93%</b>	<b>33.235</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>39.819.335</b>	<b>11,44%</b>	

### b) Operações ativas e passivas - saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	158.416	1.886	5%
Crédito Rural	1.080.748	12.406	3%
Empréstimo	826.137	14.351	1%
Financiamento	562.679	7.154	3%
Títulos Descontados	794.196	3.971	5%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	3.983.124	6,15%	0%
Depósitos a Prazo	162.712	0,32%	0,5%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques / NPR	1,9% a.m.	1,6% a 2,00% a.m.
Empréstimos	1,9% a.m.	1,3% a 2,7% a.m.
Financiamento	1,46% a.m.	1,4% a 1,7% a.m.
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	93,22% CDI	93% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,5%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,22%
Crédito Rural (modalidades)	0,36%

- d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	2.581.145
Empréstimos e Financiamentos	9.054.532

- e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	-601.348
Encargos Sociais	-124.748

#### 24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas filiadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB MINEIROS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB UNI:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
Centralização Financeira	174.963.196	131.203.381
Investimentos	944.618	5.133.283

Até o mês de junho de 2018, o SICOOB MINEIROS era associado ao SICOOB GOIÁS CENTRAL, tendo ocorrido, a partir do mês de julho de 2018, a filiação ao SICOOB UNI. A devolução dos investimentos mantidos na Central anterior foi acordada para ser feita em 60 parcelas corrigidas pela SELIC, contudo, houve a devolução integral deste montante em fevereiro de 2019.

#### 25. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### 25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

## 26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio de Referência	166.306.274	142.094.159
Capital Principal – CP Mínimo	29.458.747	14.585.849
PR Nível I Mínimo (RWA)	29.458.745	17.711.389
Índice de Basileia %	67,74%	68,19%
Razão de Alavancagem (RA) %	38,72%	41,01%
Índice de Imobilização %	3,27%	3,89%
Ativos Ponderados pelo Risco (RWARPS)	245.489.558	208.369.278

## 28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	636.530	640.566	636.530	621.061
Outros	20.800	-	20.800	-
<b>TOTAL</b>	<b>657.330</b>	<b>640.566</b>	<b>657.330</b>	<b>621.061</b>

- a) **PIS e COFINS** - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 13/12/2002 a 04/01/2005, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB MINEIROS**, não existem, em 31 de dezembro 2018, processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo que tenham sido classificados com risco de perda possível.

Mineiros-GO, 31 de dezembro de 2018

CLARIMUNDO BRANDÃO RESENDE  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANTÔNIO CÉSAR MOURA MOREIRA  
DIRETOR OPERACIONAL

NILSON GONÇALVES DO PRADO  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC-GO 017418/O

# Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.  
Sicoob Mineiros - Mineiros/GO

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda. – Sicoob Mineiros, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Mineiros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Mineiros é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 20 de março de 2019.  
Nestor Ferreira Campos Filho  
Contador CRC DF – 013421/O-9  
CNAI 1727

# Parecer do Conselho Fiscal.



Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda – SICOOB MINEIROS, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro 2018.

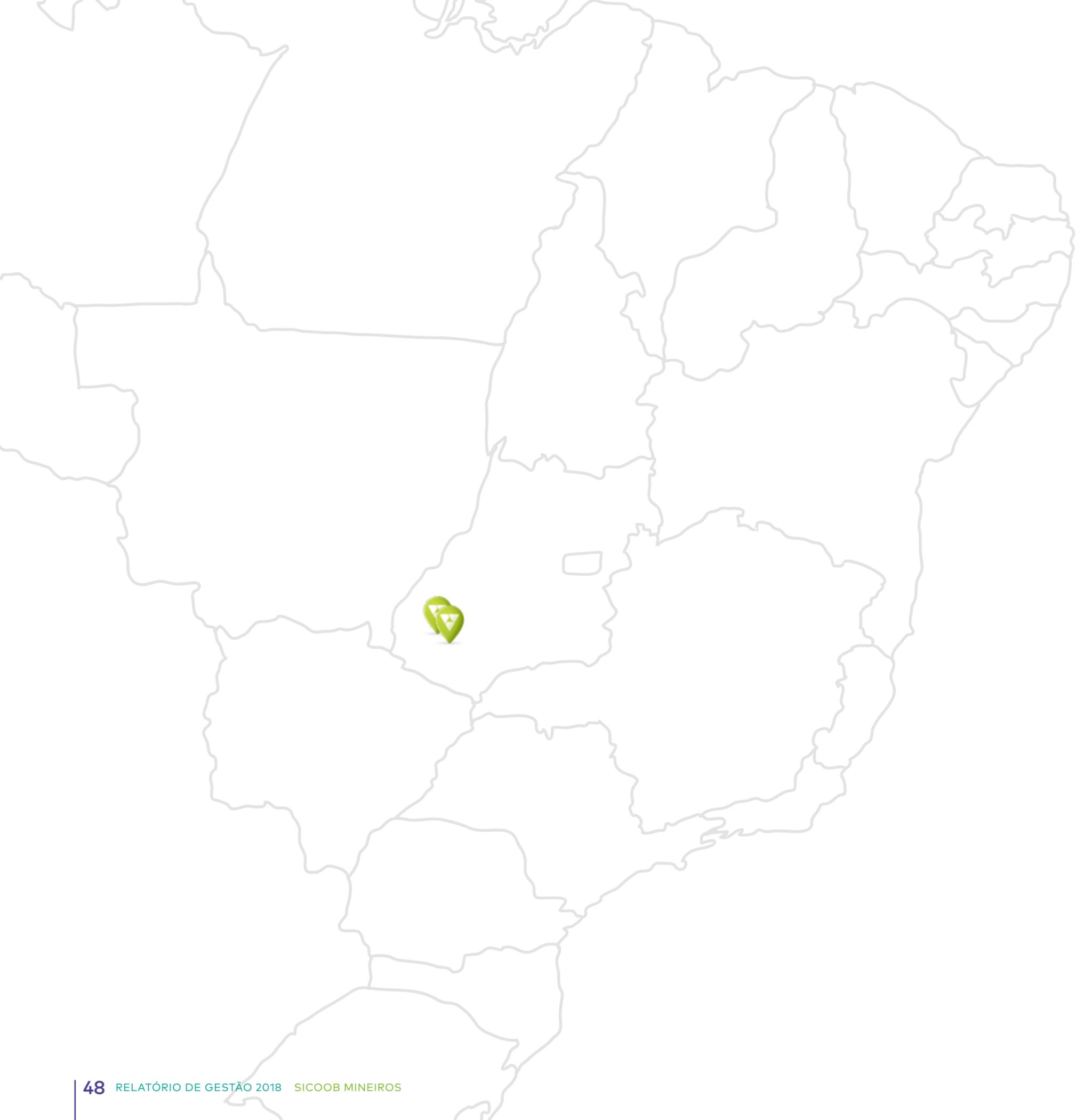
Com base no acima exposto, somos de opinião que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda – SICOOB MINEIROS, em 31 de dezembro de 2018, ao qual emitimos o presente PARECER, com aprovação do Balanço e das demais peças contábeis.

**Mineiros - GO, 26 de março de 2019.**

**Joelma Fátima de Sousa Oliveira**  
Coordenadora

**José Alves da Silva**  
Secretário

**Rafael Hidalgo Xavier da Fonseca**  
Conselheiro



# Nossas Agências

## Mineiros

mineiros@sicoobmineiros.com.br  
2ª Av. nº. 50 - Centro  
Mineiros - GO - CEP: 75.830-082  
(64) 3661-1988 / 3661-1993

## Portelândia

mineiros@sicoobmineiros.com.br  
Rua Lamartine Pedro Siqueira, Qd. 71 Lt. 14  
Setor Norte - Portelândia - GO  
CEP: 75.843-000  
(64) 3666-1696 / 3666-1675

